

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**ATA Nº 7/2019/CODIR/REI/IFTO, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019**

1 Ata da quinta reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de
2 Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. Aos dezessete dias do mês de
3 outubro de dois mil e dezenove, com as atividades agendadas para os horários de
4 expediente, das oito às doze horas e das catorze às dezoito horas, no Auditório I da
5 Reitoria do IFTO, situada na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul,
6 conjunto 1, lote 8, na cidade de Palmas – TO, reuniu-se, sob a presidência do reitor,
7 Antonio da Luz Júnior, o Colégio de Dirigentes – CODIR, composto pelo reitor como
8 presidente, pelos pró-reitores, pelos diretores-gerais dos *campi* e pelos diretores dos
9 *campi* avançados do IFTO. Foi registrada a presença dos seguintes membros: pró-
10 reitor de Administração Octaviano Sidnei Furtado; pró-reitora de Assuntos
11 Estudantis Marilene Dantas Sepulvida; pró-reitora de Ensino Nayara Dias Pajeú
12 Nascimento; pró-reitora de Extensão Gabriela de Medeiros Cabral; pró-reitora de
13 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Paula Karini Dias Ferreira Amorim; diretor-
14 geral do *Campus* Araguaína, Cristiano Fernandes Mateus; diretor-geral do *Campus*
15 Araguatins, Josafá Carvalho Aguiar; diretor-geral do *Campus* Dianópolis, Pietro
16 Lopes Rego; diretor-geral do *Campus* Gurupi, Marcelo Alves Terra; diretor-geral *pro*
17 *tempore* do *Campus* Colinas do Tocantins, Paulo Hernandes Gonçalves da Silva;
18 diretor-geral do *Campus* Palmas, Wendell Eduardo Moura Costa; diretor-geral do
19 *Campus* Paraíso do Tocantins, Flávio Eliziário de Souza; diretor-geral do *Campus*
20 Porto Nacional, Edilson Leite de Sousa; diretora do *Campus* Avançado Pedro
21 Afonso, Mírian Peixoto Soares da Silva; diretor do *Campus* Avançado Lagoa da
22 Confusão, Jardel Barbosa dos Santos; e diretor do *Campus* Avançado Formoso do
23 Araguaia, Manoel Delintro de Castro Neto. Registrou-se também a presença da
24 diretora de Gestão de Pessoas Juliana Ferreira de Queiroz. O presidente conferiu o
25 quórum, deu boas-vindas aos dirigentes e declarou aberta a reunião. Em seguida,
26 passou a palavra para a pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Paula
27 Karini Dias Ferreira Amorim, que passou alguns informes gerais. O pró-reitor de
28 Administração, por sua vez, passou a dar informes acerca de gestão de contratos do
29 IFTO e informes gerais. A pró-reitora de Extensão passou a falar acerca da aplicação
30 das provas do TOIC. A diretora de Gestão de Pessoas do IFTO, Juliana Ferreira de
31 Queiroz, falou acerca do programa de desenvolvimento de pessoas. Falou ainda sobre
32 a portaria do MEC que liberou códigos de vaga para os institutos, assunto que
33 considera importante para discussão com vistas ao aproveitamento dos candidatos
34 aprovados no concurso recente do IFTO. O professor Demis Carlos Ribeiro Menezes,
35 diretor de Relações Institucionais, informou que será enviado um documento
36 solicitando informação acerca de quem são os coordenadores e responsáveis técnicos
37 dos setores que utilizam animais para ensino e pesquisa; informou que todos os
38 servidores que fazem uso de animais no ensino ou na pesquisa devem abrir um
39 processo e encaminhá-lo para análise do projeto; Demis pediu o engajamento da
40 gestão nesse sentido. O diretor-geral do *Campus* Palmas, Wendell Moura, solicitou da
41 pró-reitora de Pesquisa Paula Karini uma nota de esclarecimento acerca das tratativas
42 para a escolha do *campus*-sede para a realização do Mestrado e do Doutorado em

43 Economia, em parceria com a Unisinos, pois anteriormente a sede para a realização
44 dos cursos seria o *Campus* Palmas, e depois a sede passou a ser o *Campus* Paraíso do
45 Tocantins. Segundo o diretor, algumas pessoas estão comentando que o *Campus*
46 Palmas teria se negado a ser sede e/ou que o *campus* teria cobrado uma
47 contrapartida para que os cursos fossem realizados. Antonio explicou que a oferta dos
48 cursos e a escolha do *campus* para sediar o mestrado e o doutorado não
49 foram negociadas pela Reitoria, mas pelos próprios candidatos interessados na
50 realização dos cursos, e expôs que chegou até ele a informação de que o *Campus*
51 Palmas indicou que seria necessária uma contrapartida para aceitar a oferta dos
52 cursos no *campus*. Antonio voltou a frisar que a negociação foi feita pelos próprios
53 alunos interessados na realização do curso, os quais, após entenderem que não
54 receberiam o apoio para oferta do curso no *Campus* Palmas, procuraram alternativas,
55 ocasião em que a gestão do *Campus* Paraíso do Tocantins se prontificou a oferecer
56 apoio para a oferta do curso; portanto, não houve intermediação da Reitoria. Paula
57 Karini informou que foi procurada pelos interessados, que expuseram o interesse
58 em realizar os cursos em Palmas e queriam a ajuda da Pró-Reitoria. Na ocasião, Paula
59 Karini informou-lhes que na Reitoria não havia o espaço ideal para a realização, mas
60 que poderia fazer contato com o *campus* para verificar a possibilidade; assim, no dia
61 5 de fevereiro reuniu-se com a direção do *Campus* Palmas, que solicitou os seguintes
62 itens: parecer da Procuradoria, relação das vantagens do acolhimento dos programas
63 no *campus*, relação das possibilidades de uso do espaço físico e o levantamento da
64 demanda de estudantes. Por fim, disse que, após a reunião, compartilhou as
65 informações com os interessados, que entenderam as solicitações do *campus* como
66 uma certa dificuldade para a realização do curso e que, devido ao tempo, iriam
67 verificar a possibilidade de realização em outro *campus*. Assim, a pró-reitora
68 solicitou aos interessados que definissem o local de realização dos cursos para que
69 posteriormente confeccionassem o termo com a Unisinos. O diretor-
70 geral do *Campus* Palmas, Wendell Eduardo Moura Costa, disse que por isso pediu a
71 nota explicativa e esclareceu que não houve em momento algum recusa ou exigências
72 feitas pelo *Campus* Palmas para a parceria com vistas à oferta do Mestrado e do
73 Doutorado, e argumentou que o *campus* pediu o parecer da Procuradoria para ter
74 certeza e confiança de que poderia ser feita a parceria. Paula Karini ressaltou que, na
75 reunião, foi exposto que seria importante apontar vantagens para o *campus* receber os
76 cursos. Dando prosseguimento aos informes, o reitor ressaltou a importância da
77 participação dos gestores das unidades na elaboração da Política de Desenvolvimento
78 de Pessoas – PDP, do Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC e do
79 Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, ressaltando que o governo exige o
80 planejamento das unidades para as ações a serem desenvolvidas. Ressaltou ainda que
81 a legislação atual vai impedir o desenvolvimento de qualquer ação que não esteja
82 prevista no planejamento específico, sob pena de responsabilidade legal. Pediu que os
83 gestores façam contato com a Pró-Reitoria de Administração do IFTO para buscar
84 auxílio e esclarecimentos para a realização dos planejamentos estratégicos.
85 Destacou que o orçamento será melhor discutido quando for liberado. Antonio
86 mencionou ainda a discussão do orçamento para 2020, e disse que esse assunto
87 deve ser discutido em 2020, quando o cenário ficar mais claro, pois no momento é
88 sabido que o orçamento não é suficiente nem para pagar as contas. Antonio
89 frisou que é necessário cautela dos gestores para o uso do orçamento nas unidades, e
90 disse que, neste momento, é muito problemático dividir orçamento, e cada um achar
91 que depois haverá complementação. Antonio pontuou que este não é o momento
92 adequado para discutir tal questão, visto que o orçamento só vai ser liberado a partir

93 de janeiro de 2020, e destacou que será importante avaliar o contexto político em
94 janeiro e fevereiro de 2020, pois pode ser que, na aprovação da Lei Orçamentária no
95 Congresso, haja ampliação do orçamento e muita coisa aconteça, motivo pelo qual é
96 importante esperar. Antonio destacou que, no momento, é necessário refletir para que
97 possa haver maturidade na hora da deliberação, e ressaltou que, do que foi previsto
98 no início de 2019, ainda há 15% bloqueados, e neste momento é repassado para as
99 unidades aquilo que está disponível. Antonio disse que o governo sinalizou que vai
100 liberar mais orçamento, com a chance de ser liberado em sua integralidade, além
101 disso, o IFTO tem uma indicação de emenda do senador Eduardo Gomes, o qual
102 disse que gostaria de encaminhar um milhão e meio de recursos ao IFTO. O reitor
103 ressaltou que, no momento, essas são expectativas. Segundo explicitou Antonio, o
104 problema é o prazo, pois o ano orçamentário encerra-se em novembro; assim, a
105 preocupação é que haja desde logo licitações prontas para usar o recurso, pois, caso
106 contrário, será necessário devolver o orçamento. Por isso, tem cobrado o andamento
107 dos processos de licitação, pois quando o recurso vier é preciso ter meios para
108 executá-lo. Assim, Antonio disse que é preciso definir o que realmente é prioridade;
109 além disso, aquilo que é decidido no CODIR tem de ser cumprido, pois não adianta
110 decidirem uma questão no CODIR, e depois não cumprir o acordado, e cada um agir
111 diferente daquilo que foi acertado. É preciso ter em mente que o CODIR é um órgão
112 cujas decisões são participativas e é necessário cumpri-las. Destacou que o CODIR
113 decidiu que as unidades apoiariam a montagem das equipes de licitação, mas depois
114 não houve o apoio acordado, e frisou que é preciso licitar, pois sem licitação não
115 há como executar o orçamento. Antonio disse que os processos de licitação que estão
116 em andamento e se encontrarem na fase final de conclusão deverão ser encaminhados
117 o quanto antes para que haja tempo hábil para análise pela Procuradoria e aprovação,
118 pois estamos próximos ao prazo final, e só temos um processo publicado e os outros
119 ainda não passaram nem pela Procuradoria. Assim, é necessária uma atitude ativa dos
120 gestores, pois não é possível, na última hora, dizer que não fez e, por
121 consequência, ter que devolver recurso. Antonio destacou que a Reitoria não vai
122 devolver recurso, e se for necessário fazer uma intervenção, ele o fará, mas não vai
123 devolver recurso, não vai assumir essa culpa. Frisou que pode até ser chamado de
124 autoritário, mas não vai deixar a instituição fracassar. O reitor disse ainda que na
125 reunião anterior discutiu-se o perfil de serviço, de modo que o que fosse ofertado em
126 uma unidade seria ofertado nas outras, e que nada foi imposto, mas sim decidido no
127 CODIR. Antonio lembrou que as discussões foram exaustivas, e que ficaram até uma
128 hora da madrugada deliberando, e ainda assim no dia seguinte muitos já queriam
129 trocar o que havia sido decidido. Antonio pontou que ficou decidido que era
130 necessário rever as atividades com relação a limpeza, e que o prazo não foi cumprido
131 duas semanas depois, o que prejudica todos na negociação com a empresa. Destacou
132 que o que foi decidido e acordado no CODIR é para ser cumprido; se um dos dirigentes
133 não age conforme o acordado, prejudica todos os demais. O básico é o que, se o
134 CODIR decidiu, acordou, então faz-se necessário cumprir o acordado; afinal, trata-se
135 de um órgão colegiado. O reitor afirmou que fez todas as alterações solicitadas, mas
136 no repasse de orçamento será considerado o custo do que foi decidido no CODIR,
137 porque senão todos vão querer aumentar os serviços para receber mais. Prevalecerá,
138 portanto, o orçamento que foi discutido no CODIR. O reitor disse que foi criado o
139 Centro de Referência, inspirado em um modelo do Instituto Federal de Rondônia –
140 IFRO, em que os 20% das aulas que serão obrigatoriamente presenciais serão
141 ministradas ao vivo mediante transmissão pela Internet. Tais aulas são consideradas
142 também presenciais devido à interação e à transmissão em tempo real, o que

143 minimiza os custos. Antonio informou que há quinze dias conseguiu a liberação do
144 recurso para efetivação do Centro de Referência, e destacou que a Secretaria de
145 Educação Profissional e Tecnológica – SETEC está apostando no IFTO para ser
146 referência, de modo que o ministro da Educação deverá vir para a solenidade de
147 inauguração. Por isso, com vistas a efetivar o Centro de Referência dentro do
148 tempo previsto, Antonio tratou do assunto no palácio do Governador, oportunidade
149 em que negociou dez mil vagas que serão ofertadas em 2020 para estudantes da rede
150 estadual, por meio da oferta de cursos técnicos e concomitantes em praticamente
151 todos os municípios. Antonio explicou que o orçamento é calculado com base no
152 número de alunos matriculados, e gerado após dois anos. O reitor pontuou que esses
153 dez mil estudantes vão gerar cerca de vinte milhões de reais a mais no orçamento,
154 que é uma receita significativa, que permitirá investir em equipamentos
155 e infraestrutura. Conforme expôs Antonio, inicialmente serão oferecidos quatro
156 cursos, e os professores que irão atuar nesses cursos não receberão bolsa; assim,
157 as aulas a serem ministradas integrarão a carga horária dos docentes. Inicialmente
158 quatro professores foram convidados para prestar serviços no Centro de Referência;
159 optou-se por profissionais que possuem bastante folga na carga horária, os quais têm
160 mais disponibilidade para contribuir no início dos trabalhos. Antonio informou
161 que futuramente será aberto edital para seleção dos profissionais. O reitor disse ainda
162 que o Centro de Referência passará a ser uma unidade do IFTO, e haverá uma equipe
163 específica de apoio ao Centro. Assim, os alunos matriculados no Centro de
164 Referência serão contabilizados como alunos do IFTO, e professores de todas as
165 unidades do IFTO poderão atuar no Centro. A divisão dos recursos entre as
166 unidades será discutida no CODIR. O reitor disse ainda que o IFTO está solicitando
167 emendas parlamentares; para tanto, esteve em Brasília para conversar a respeito e
168 obteve resposta positiva. Por orientação da bancada e para facilitar a aprovação, o
169 IFTO solicitou apenas um objeto. Segundo Antonio, a prioridade adotada neste
170 momento é a construção da Usina Fotovoltaica que contemple todas as unidades do
171 IFTO na ordem de noventa por cento do consumo. Para isso, faz-se necessário um
172 investimento de treze milhões e meio de reais, valor este solicitado à bancada
173 parlamentar tocantinense. Antonio informou que o IFTO tem um custo anual de cinco
174 milhões de reais em energia; assim, se reduzirmos noventa por cento, teremos uma
175 economia de mais de 3,5 milhões ao ano, o que é algo bastante significativo. Ainda
176 não está definido onde será implantada a usina; sabe-se, contudo, que será
177 implantada onde há demanda, a fim de que a Energisa pague pelo excedente da
178 produção, pois não é possível estocar a energia. Antonio mencionou também a
179 hipótese de criar uma usina em cada unidade, de modo que cada local consuma a
180 energia produzida; como possível ponto negativo dessa alternativa, citou a
181 possibilidade de ser necessária uma equipe de manutenção em cada unidade. O reitor
182 disse que outras emendas individuais também estão sendo encaminhadas, e que já
183 foram encaminhadas emendas para praticamente todos os parlamentares.
184 Como alguns parlamentares têm interesse em uma região em particular, as propostas
185 são encaminhadas conforme as regiões de interesse dos parlamentares. O reitor
186 sugeriu que, quando os gestores conversarem com parlamentares, sejam cautelosos
187 na abordagem, porque os parlamentares não entendem o funcionamento do IFTO, de
188 modo que as vezes o gestor pede um apoio para o *campus*, e o deputado entende que
189 é para o IFTO. O reitor se prontificou a auxiliar nas conversas com os parlamentares,
190 e disse que o IFTO não precisa de intermediário para articulação política; assim, o
191 gestor pode falar diretamente com o parlamentar sem intermédio de políticos
192 locais, que podem eventualmente até prejudicar o diálogo e os interesses do IFTO.

Antonio ratificou que é muito mais fácil conseguir um recurso com o parlamentar falando diretamente com ele. Em sequência, o reitor passou à votação para a aprovação da ata da reunião anterior; houve quatro abstenções, e a ata foi aprovada. A diretora de Gestão de Pessoas falou acerca da liberação de códigos de vaga para o IFTO, sendo cinco para professores EBTT, três para técnico em agropecuária, dois de técnico em tecnologia da informação, um código de técnico em enfermagem e dois códigos de técnico de laboratório/área. Juliana Queiroz informou que realizou levantamento para saber como estava a situação das vagas nos *campi*. A diretora disse ainda que, em relação às vagas para docente, apenas o *Campus* Palmas possui excedente, e todas as outras unidades ainda possuem margem e, em relação a técnico administrativo em Educação – TAE nível D, os *campi* Palmas, Paraíso do Tocantins, Araguatins e Pedro Afonso já estão com o quadro completo. A diretora de Gestão de Pessoas disse ainda que, com base nos levantamentos feitos todo mês de abril acerca dos provimentos e ampliações, verificou que, exceto o *Campus* Palmas, todas as unidades solicitaram vaga de professor. Em relação a código de vaga de TAE, nível D, de técnico em agropecuária, o *Campus* Colinas do Tocantins solicitou um código, e o *Campus* Dianópolis solicitou dois. Quanto ao cargo de técnico de tecnologia da informação somente a Reitoria solicitou código. O *Campus* Colinas do Tocantins solicitou um código de técnico em enfermagem. As unidades de Araguaína, Colinas do Tocantins e Araguatins solicitaram vaga de técnico de laboratório, o *Campus* Araguatins, contudo, já se encontra com o banco completo. Juliana informou ainda que o *Campus* Lagoa da Confusão e o *Campus* Dianópolis solicitaram um código de técnico de agropecuária. A diretora disse que será seguido o planejamento para a distribuição dos códigos para os *campi*, conforme solicitado. O reitor abriu votação para decidir se o planejamento dos *campi* que foi enviado para a Reitoria será seguido ou modificado. O diretor-geral do *Campus* Porto Nacional ressaltou a necessidade de o *campus* receber um professor da área de Educação Física e outro da área Ambiental para atender às demandas dos cursos. O diretor-geral do *Campus* Formoso do Araguaia, Manoel Delintro de Castro Neto, ressaltou a necessidade de abertura de um curso técnico integrado ao ensino médio no *campus*, visando atender à demanda da região, de modo que é fundamental destinar os professores necessários para atender ao curso. O diretor-geral do *Campus* Gurupi, Marcelo Alves Terra, ressaltou que a necessidade de mais docentes no *campus* é grande, contudo solicita pelo menos um aumento no banco de equivalência para alterar a jornada de um docente de 20h para dedicação exclusiva, o que já ajudaria muito a minimizar o problema. O diretor-geral do *Campus* Araguatins, Josafá Carvalho Aguiar, ressaltou a necessidade que o *Campus* Araguatins tem de receber mais servidor técnico de laboratório para atender à demanda do *campus*, que é grande devido ao número de laboratórios e o aumento do uso dos laboratórios pelos docentes. Ressaltou ainda que, com relação a vaga de docentes, só há planejamento para 2021; portanto, neste momento não está precisando de vaga de docente, contudo há planos de implantação do curso de Medicina Veterinária e, devido a isso, quer deixar registrado que, em um momento oportuno, vai precisar de novos códigos de vaga de docente para atender ao curso. O reitor ressaltou que o *Campus* Formoso do Araguaia necessita de mais cinco professores para poder abrir um curso técnico integrado ao médio, e disse que atualmente o *campus* possui quatro professores com carga horária muito baixa, de modo que se revela muito importante a abertura do novo curso para que o *campus* cumpra melhor sua finalidade. O reitor ressaltou que esteve no MEC, juntamente com o diretor-geral do *Campus* Palmas, buscando a revisão da situação

243 desse *campus* ante a Portaria 246/MEC, para ampliar o banco de professores, que
244 passaria de cento e cinquenta para duzentos e cinquenta professores. Com essa
245 ampliação, o *campus* teria um saldo de vagas para docentes. Em sequência, o reitor
246 abriu votação para decidir sobre o repasse dos cinco códigos de vagas de docente
247 para o *Campus* Formoso do Araguaia, com vistas a viabilizar a abertura de curso
248 técnico integrado ao ensino médio, no início de 2020. A proposta foi aprovada por
249 unanimidade. O reitor declarou encerrada a reunião na parte da manhã e convocou
250 todos a retornarem após o almoço. No turno vespertino, a servidora Maria Pedrinha
251 Angelo de Sousa Oliveira, técnica de contabilidade do *Campus* Araguaína, lotada na
252 Coordenação de Execução Financeira e Orçamentária, agradeceu pela oportunidade
253 de fazer parte da comissão responsável pelos estudos para estruturar o setor de
254 contabilidade no âmbito do IFTO. Ressaltou que os estudos foram embasados por
255 leis, decretos, normativas e regulamentos pertinentes, com o objetivo de oferecer aos
256 gestores a possibilidade de obter informações de execução financeira e patrimonial de
257 maneira mais fidedigna acerca do que está sendo feito. A servidora passou a explicar
258 sobre a importância da sistematização das informações da área de Contabilidade e em
259 seguida passou a apresentar detalhadamente as propostas. O reitor questionou
260 à comissão qual seria a proposta mais adequada ao IFTO. A servidora Maria
261 Pedrinha respondeu que o modelo mais adequado seria o modelo Estratégico. O
262 diretor-geral do *Campus* Araguaína, Cristiano Fernandes Mateus, parabenizou a
263 comissão e disse que em Araguaína eles fazem uso do método da proposta número
264 quatro e tem dado certo, e disse que é um modelo validado pelo Tribunal de Contas
265 da União – TCU. Disse ainda que o modelo tem servido como suporte na tomada de
266 decisão, principalmente ante a escassez do orçamento. Ressaltou que
267 o *Campus* Araguaína foi um dos que menos sofreu o impacto da escassez de
268 recursos e parte desse mérito se deve ao fato de ter disponível a informação contábil,
269 de modo que em Araguaína a experiência tem sido exitosa. Tendo em vista o
270 exemplo do *Campus* Araguaína, o reitor propôs aos colegas buscar nos regimentos
271 a adequação à proposta quatro, que acredita que, entre todas as demais, é a que traz
272 maior impacto na mudança da sistemática do funcionamento institucional; além
273 disso, trata-se de uma experiência que já foi adotada com êxito em outra instituição, e
274 acredita que o modelo pode ser adotado também pelo IFTO. O reitor disse que a
275 dificuldade seria a implementação do modelo de modo imediato, pois seria
276 necessário discutir com cada comunidade como se daria a implementação. Segundo o
277 reitor, a própria comissão pode apoiar indicando quais remanejamentos e o que
278 pode ser feito para a implementação do modelo. O pró-reitor de
279 Administração Octaviano Sidnei Furtado disse que acredita que existe a necessidade
280 de se verificar se essa proposta está de acordo com o Regimento do IFTO, pois deduz
281 que, quando a Procuradoria fizer a análise do Regimento de cada unidade, tomará
282 como base o Regimento Geral do IFTO, para que se tenha um alinhamento com a
283 política do IFTO como um todo. Octaviano pontuou que atualmente o Instituto possui
284 práticas contábeis diferentes em cada unidade e que antes de tudo há a necessidade
285 de alinhamento. Ressaltou ainda que, além disso, as práticas de fiscalização de
286 contratos do IFTO não possuem uniformidade, o que é um fator negativo para o
287 Instituto. Desse modo, não é apenas a prática contábil, mas sim uma série de outras
288 rotinas que o IFTO precisa uniformizar, pois essa falta de padronização prejudica a
289 instituição; é como se houvesse vários IFTO dentro do IFTO. Ressaltou ainda que,
290 independente da proposta a ser utilizada, algumas atividades precisam ser
291 centralizadas; e não se trata de opção da gestão, mas sim de uma política do Instituto,
292 dentro daquilo que for possível. O diretor-geral do *Campus* Palmas parabenizou a

293 equipe e disse que concorda com o posicionamento do diretor de Administração e
294 Finanças Vladimir Lisboa de Carvalho e do pró-reitor de Administração Octaviano
295 Furtado, ou seja, entende que é preciso de fato unificar alguns serviços; para
296 tanto, acredita que a melhor proposta seria unificar tudo na Reitoria, e não somente a
297 questão da contabilidade, mas também a parte de licitação, que geralmente é
298 complexa. Wendell Costa acredita que esse é um dos objetivos da criação dos
299 institutos; desse modo, a Reitoria, assim como é feito nas universidades, centralizaria
300 grande parte dos serviços, para que os *campi* pudessem ficar realmente com as
301 atividades de ponta, ou seja, aos *campi* caberia atender o aluno e ao ensino
302 propriamente dito, que já é muito trabalho. Wendell disse ainda que é necessário
303 pensar no IFTO como um todo porque hoje estamos tendo muito problemas, as
304 unidades com falta de controle nos gastos e por outro lado a dificuldade de
305 a Reitoria acompanhar esses gastos. O reitor disse que a centralização de algumas
306 atividades é realmente muito importante, razão por que isso já vem sendo realizado
307 no âmbito da Tecnologia da Informação, e o próximo passo é aplicar tal centralização
308 na área de Comunicação. Segundo Antonio, a questão é: qual a dificuldade, qual o
309 custo que o IFTO teria para centralizar esses serviços?, pois toda vez que se discute
310 centralização, também tem que se discutir movimentação de pessoal dos *campi* para a
311 Reitoria, pois a mentalidade que se tem é que, toda vez que é feita a movimentação
312 de um servidor do *campus* para a Reitoria, o *campus* está perdendo. Se o IFTO é um
313 só, quando se movimenta um servidor do *campus* para a Reitoria, o servidor estará
314 atendendo a todos, todos vão ganhar. O problema é que o discurso que se vê é que a
315 Reitoria quer centralizar, e o *campus* perde o servidor e, portanto, tem que ter uma
316 contrapartida. Antonio destacou que a contabilidade tem prestado um excelente
317 trabalho ao IFTO, contudo a questão da centralização talvez não seja uma das
318 primeiras, porque a Reitoria não consegue ofertar as contrapartidas no tempo que são
319 solicitadas pelos *campi*, o que implica a movimentação do servidor, sem a qual não é
320 possível a centralização do serviço. Assim, o primeiro passo para fazer a
321 centralização é a sensibilidade dos gestores dos *campi* no sentido de entenderem que
322 o *campus* vai ceder servidor que passará a prestar serviço na Reitoria, e o *campus* não
323 perde com isso, mas sim ganha na qualidade da prestação do serviço. O reitor disse
324 ainda que, num primeiro momento, acredita que a proposta quatro seria mais fácil de
325 implementar e não inviabiliza a proposta três, que envolve a centralização, que, por
326 ser mais complexa, pode ser planejada para ser implementada posteriormente, pois,
327 se pelo menos a organização e estruturação da contabilidade for padronizada, já
328 facilita a elaboração dos manuais para padronização dos procedimentos, pois o
329 problema atual é que cada *campus* funciona de uma forma diferente. O reitor
330 ressaltou ainda que, em caso de necessidade, o Regimento do IFTO pode ser alterado
331 para favorecer a prestação de serviços com mais qualidade. A palavra foi aberta aos
332 gestores para falarem acerca das possibilidades de movimentações para uma futura
333 centralização do serviço de contabilidade e para discutirem as propostas
334 apresentadas. A diretora de Gestão de Pessoas ressaltou a importância dessas
335 discussões nas comunidades dos *campi* devido ao impacto direto que essas ações
336 gerariam nessas unidades. Após discussões, esclarecimentos, sugestões e
337 deliberações, o reitor sugeriu o seguinte encaminhamento, que foi aprovado pelos
338 presentes: a partir da implementação da proposta número quatro, os setores de
339 contabilidade serão estratégicos em todas as unidades, e inicialmente os
340 *campi* irão adotar a proposta um ou dois por serem modelos mais simples de serem
341 implantados; e, enquanto isso, o IFTO vai buscar a experiência da centralização,
342 com apoio do *Campus* Palmas, já contando com as experiências advindas da relação

343 com os *campi* avançados e agora também com o *Campus* Colinas do Tocantins.
344 Assim, serão cinco unidades participando desta experiência. Por conseguinte,
345 quando houver o entendimento de que existe maturidade suficiente, tal
346 experiência poderá abranger os demais *campi*; durante esse período, a equipe de
347 contabilidade buscará padronizar o serviço para que tudo transcorra da melhor forma.
348 O diretor-geral do *Campus* Gurupi questionou a partir de quando esses modelos
349 começarão a ser implementados. O reitor informou que será a partir da aprovação dos
350 regimentos. Após as deliberações, ficou decidido que serão adotados
351 o posicionamento estratégico e os modelos um e dois de acordo com a realidade de
352 cada unidade, e será implementada a experiência da centralização com a adesão
353 inicial do *Campus* Palmas, conforme ajustado com o diretor-geral Wendell Costa. Os
354 *campi* avançados e o *Campus* Colinas do Tocantins receberão suporte da comissão e
355 de contador. À medida que a centralização avançar, será necessário o apoio de todos
356 os gestores para analisar a dimensão de seu êxito e o que precisa ser ajustado.
357 Quando tudo estiver ajustado, o passo seguinte será avançar na implementação. O
358 reitor agradeceu pelo trabalho e cooperação de todos. Em sequência, passou-se à
359 pauta que trata do ponto eletrônico no IFTO. A diretora de Gestão de Pessoas disse
360 que, na última reunião, a Instrução Normativa – IN acerca do ponto eletrônico esteve
361 em pauta mas não obtiveram êxito na deliberação, tendo sido feitas algumas
362 anotações e sugestões para revisão. Segundo a diretora, a comissão encontrou
363 dificuldade com relação ao registro de sessenta por cento da carga horária docente no
364 SUAP, pois, como o sistema é do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN,
365 toda vez que eles fazem alterações no sistema, tais alterações repercutem no SUAP
366 do IFTO. Além disso, no sistema do IFRN são cobrados cinquenta por cento do
367 registro da carga horária. Assim, se o IFTO cobrar sessenta por cento, toda vez que o
368 IFRN atualizar o sistema, no IFTO a cobrança passará a ser de cinquenta por cento.
369 Dessa forma a comissão entendeu que deve ser mantida a obrigatoriedade de registro
370 de apenas cinquenta por cento da carga horária docente no SUAP, para evitar
371 inconsistências no sistema. A diretora ressaltou que para o servidor de 20h o SUAP
372 vai exigir apenas as vinte horas/mês; assim, apesar de serem cobradas no sistema
373 quatro horas por dia, o que vai ser consolidado é o cumprimento das vinte horas/mês,
374 e o que exceder a carga horária/dia é computado na carga horária mensal. A palavra
375 foi aberta para discussão e deliberações. A diretora de Gestão de Pessoas disse que a
376 IN do Ponto Eletrônico será discutida na comunidade, oportunidade em que serão
377 dirimidas dúvidas e feitos esclarecimentos, antes de ir para deliberação do CONSUP.
378 Juliana Queiroz disse ainda que pretende capacitar as chefias quanto à homologação
379 do ponto eletrônico no SUAP. A diretora ressaltou que não houve alteração da
380 jornada do servidor, até porque seria ilegal, mas alteração do registro da jornada no
381 ponto eletrônico, o que não muda em nada a carga horária do professor, nem a
382 responsabilidade pelas suas atividades, e destacou que essa é a mensagem que deve
383 ser compreendida e é a que a comissão irá levar à comunidade. Passou-se a votação
384 da proposta de IN do Ponto Eletrônico na forma proposta pela comissão. A proposta
385 prevista no regulamento apresentado foi aprovada pelo CODIR. A diretora de Gestão
386 de Pessoas disse que, com relação aos TAEs, não foram feitas muitas alterações
387 quanto ao que é utilizado atualmente, tendo sido mantido o abono de dez horas
388 mensais. Juliana informou que, inclusive, foram folhas de ponto para auditoria da
389 Controladoria-Geral da União – CGU nas quais constavam o abono de dez horas, e
390 que a CGU não fez nenhuma observação. Juliana pontuou que o abono de dez horas
391 foi restrito aos TAEs que fazem quarenta horas presenciais. A diretora de Gestão de
392 Pessoas passou a detalhar as principais alterações na IN e respondeu a

393 questionamentos. O reitor colocou em votação a aprovação da IN do Ponto
394 Eletrônico conforme discutido e apresentado pela comissão, e o resultado foi a
395 aprovação por unanimidade. A pró-reitora de Assuntos Estudantis Marilene Dantas
396 Sepulveda passou a explicar acerca do manual de Viagens Estudantis. A presidente
397 da comissão, Glaucia Mara Silva Santos, passou a apresentar detalhadamente o
398 documento e respondeu a questionamentos. O pró-reitor de Administração declarou
399 que acha desnecessária a aprovação de um manual de viagens, e considerou difícil
400 atender à exigência de haver, em todas as viagens, a presença de um profissional de
401 saúde. A presidente da comissão ressaltou que se trata de um manual que não é
402 impositivo, portanto, não vai engessar o *campus*, pois ficará a critério de cada
403 unidade adotar ou não as diretrizes do manual, visto já existirem outros documentos
404 reguladores, como a organização didático-pedagógica. O reitor submeteu o manual
405 à votação, cujo resultado foi sua aprovação. A pró-reitora de Pesquisa, Pós-
406 Graduação e Inovação Paula Karini Amorim passou a explicar acerca do item seis,
407 que trata da renovação da autorização da parceria com a FAPTO, que poderá apoiar
408 o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão do IFTO, caracterizando-se
409 como uma fundação autorizada a apoiar o IFTO na captação dos recursos e na
410 execução financeira dos recursos captados. O reitor submeteu à votação a renovação
411 de autorização da parceria com a FAPTO, a qual foi aprovada por unanimidade. Em
412 sequência, Paula Karini tratou da Jornada de Iniciação Científica e Extensão – JICE e
413 das parcerias feitas para viabilizar o evento, que será realizado no *Campus* Palmas; na
414 oportunidade, Paula apresentou a programação integral do evento. A pró-reitora de
415 Extensão Gabriela de Medeiros Cabral falou acerca da redução do número de
416 atividades da JICE visando à redução de custos, mas, em compensação, haverá
417 aumento do número de vagas para participação no evento. Informou ainda que obteve
418 uma resposta positiva da agência Espacial Brasileira, que mandará representantes
419 para participar do evento e trarão o planetário. Ressaltou ainda a possibilidade da
420 BRK participar do evento. Em relação ao IFestival, a pró-reitora afirmou que o
421 evento seguirá o mesmo formato, abrangendo as linguagens música, teatro, dança,
422 artes visuais, cinema e literatura; entretanto, nas diretrizes foram reduzidos os
423 números de apresentações. A diretora de Comunicação do IFTO, Andressa Lunna de
424 Jesus, disse que, com base na ideia de unificar os eventos JICE e IFestival,
425 perceberam a necessidade de criar um nome que identificasse os dois eventos,
426 facilitando assim a divulgação de ambos, e evitando confusão. Desse modo, a
427 unificação deu origem a um evento maior, denominado Identidade IFTO, que, com
428 vistas a uma identidade visual, ganhou o apelido de ID IFTO. A diretora de
429 Comunicação apresentou a identidade visual criada para os eventos e a página do ID
430 IFTO, que servirá para os dois eventos – JICE e IFestival – e futuramente vai agregar
431 outros eventos do IFTO. A diretora de Gestão de Pessoas passou a falar acerca de
432 uma Ação Civil Pública – ACP a que o IFTO está respondendo, na qual o MPF exige
433 que o IFTO promova o acompanhamento de todos seus alunos surdos por intérprete
434 de Libras. Informou que o IFTO fez algumas movimentações de intérpretes de Libras
435 para atender à demanda de outros *campi*, contudo ainda não foi suficiente. Ressaltou
436 que a situação mais grave no momento é a do *Campus* Palmas, que tem quatro alunos
437 surdos e uma intérprete, e do *Campus* Araguatins, que tem três alunos surdos e dois
438 intérpretes, motivo pelo qual é preciso discutir o que poderá ser feito para atender
439 à liminar da ACP, que, caso não seja atendida em quarenta e oito horas, será imposta
440 multa de dez mil reais por dia. O reitor ressaltou que o IFTO tem doze profissionais e
441 e doze intérpretes e, portanto, os doze alunos deveriam estar sendo atendidos,
442 conforme determinou a justiça. Antonio pontou que, em razão da determinação

judicial, vai ser necessário fazer movimentação de pessoal. Deste modo, os gestores serão formalmente comunicados de que haverá movimentação desses profissionais, pois não há tempo para discutir ou deliberar, até porque não há alternativa. Antonio expôs que é inevitável o desgaste, e a movimentação será feita inicialmente com os profissionais contratados, para atender à determinação judicial. O diretor de Ensino Básico e Técnico, Stefan de Oliveira Rosa, passou a falar acerca do quadro de oferta de vagas para o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020/2024, e fez orientações sobre os procedimentos a serem adotados. Ressaltou ainda que o prazo para elaboração das Matrizes de Referência termina amanhã e que as informações começaram a ser compiladas, mas, para a surpresa da equipe, muitos formulários não foram sequer preenchidos. Lembrou que, se o IFTO quiser cursos do Ensino Médio Integrado em nova estrutura funcionando em 2020, é preciso haver uma mobilização geral nos *campi*, para que os professores acessem os formulários e preencham as contribuições. Stefan destacou que o formulário está bastante didático para ser respondido, e o prazo será prorrogado em uma semana. Em sequência, o reitor submeteu à votação a solicitação para transmissão da reunião do CODIR via WEB, solicitação esta aprovada por unanimidade. Discutidos tais pontos, o presidente declarou encerrada a reunião, e eu, Milton Maciel Flores Junior, secretário do Colégio de Dirigentes, assino a presente ata, que, depois de lida e aprovada, é assinada também pelo presidente e pelos demais membros presentes do Colégio de Dirigentes do IFTO.



Documento assinado eletronicamente por **Edilson Leite de Sousa, Diretor-Geral**, em 26/08/2020, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ift.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0873766** e o código CRC **A2413237**.

493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542

543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592

593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642

643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692

693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742

743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790

Avenida Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 – Plano Diretor Sul



CEP 77020-450 Palmas/TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.025797/2019-18

SEI nº 0873766